

OS CONVENTOS DE PORTALEGRE E A FORMAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL

Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro

*Doutorada em História da Arte / Investigadora, ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
patriciamonteiro76@gmail.com*

RESUMO

O Museu Municipal de Portalegre surgiu em 1918, mas só a 28 de Maio de 1961 viria a abrir as suas portas ao público. O espólio museológico formou-se, por um lado, a partir dos bens provenientes das casas religiosas da cidade (sobretudo do mosteiro de S. Bernardo e do convento de Santa Clara); por outro, de generosas doações de colecionadores particulares. A sua criação enquanto espaço cultural, por excelência, da cidade de Portalegre é reflexo, também, das políticas governamentais então vigentes, quer no que respeita à salvaguarda do património artístico, como na sua dinamização através do turismo cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Museu | Coleções | Conventos | Portalegre

ABSTRACT

The Municipal Museum of Portalegre appeared in 1918, but only opened its doors to the public on the 28th of May 1961. The collections of the museum were formed, in one hand, by the heritage from the religious houses of the city (especially the monastery of Saint Bernard and the convent of Saint Clara); on the other hand by generous donations of private collectors. Its establishment as a privileged cultural space in the city of Portalegre also reflects government policies, both regarding the preservation of artistic heritage, as well as developing new dynamics through cultural tourism.

KEYWORDS

Museum | Collections | Convents | Portalegre

NOTA INTRODUTÓRIA

Tal como sucedeu em todo o país, a partir de 1834, com a extinção das ordens religiosas, também em Portalegre cada convento ou mosteiro recebeu diferentes funções e foi sujeito a vicissitudes que, em muitos casos, resultaram na sua ruína. Para o património móvel as consequências foram igualmente desastrosas.

A verdadeira dimensão atingida pela dispersão dos bens conventuais é, ainda hoje, difícil de calcular com precisão, fruto de inventários realizados à pressa, parcos em termos informativos e realizados por funcionários, na maior parte das vezes, com

pouca formação ou sensibilidade para questões patrimoniais. Este momento tão marcante para a História e a Arte nacional, assumiu proporções ainda mais graves para o património regional, pouco conhecido, estudado ou, até mesmo, olhado com algum desdém, como algo “menor”.

O destino de uma parte considerável deste espólio foi a constituição de museus locais, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, alguns deles de natureza mais etnográfica, mas que viriam a assumir preponderância enquanto entidades tutelares do património histórico-artístico de cada município.

OS CONVENTOS DE PORTALEGRE

À data da extinção das ordens religiosas (30 de Maio de 1834), a cidade de Portalegre contava com seis casas conventuais ou monásticas: mosteiro de S. Bernardo (ordem de Cister), o convento de Santa Clara (ordem de S. Francisco da Província dos Algarves), o convento de S. Francisco (de frades claustrais, convertidos em observantes a partir de 1542), o convento de Santo António (de frades capuchos), o convento de Santa Maria (cónegos regrantes de Santo Agostinho) e, finalmente, o convento de S. Sebastião (de jesuítas).

Deste conjunto, nenhum edifício manteve preservadas as suas instalações. S. Bernardo, afecto ao Ministério da Defesa, passou a albergar a partir da década de 80 a Escola Prática da Guarda Nacional Republicana. Santa Clara, após várias utilizações serve, ao presente, de instalações à Biblioteca Municipal. S. Francisco foi quase totalmente ocupado pela Fábrica Robinson, de transformação da cortiça, à excepção da sua igreja que após obras de recuperação é, ao presente, um núcleo museológico (PIMENTEL 2009: 26-37). O convento de Santo António, completamente descaracterizado, é utilizado pelos serviços de Psiquiatria Infantil do Hospital de Portalegre e tem a sua antiga igreja

convertida em salão de recreio. O convento de Santa Maria (dos Agostinhos), também está convertido a funções militares, com a antiga igreja transformada em garagem do quartel da GNR aí instalado. Por último, o convento de S. Sebastião, ocupado pela antiga fábrica de manufactura de tapeçarias de Portalegre e actualmente ocupado pelos serviços da Câmara Municipal da cidade.

Todos eles, de uma forma ou de outra, viram completamente alterada a sua função original, muito pouco se sabendo do destino que levaram as peças de arte móvel que compunham o seu recheio.

Dos seis, apenas dois – Santa Clara e S. Bernardo – estão identificados, inequivocamente, como tendo deixado espólio que viria a constituir a colecção do Museu Municipal. Para além destes edifícios, sabe-se que também as capelas de S. Pedro e de S. Miguel (hoje desaparecidas) deixaram obras de pintura e escultura que transitaram para o Museu, embora em menor número. As informações extraídas do inventário do museu e relativas a cada peça são bastante lacónicas e pouco deixam perceber do percurso de cada peça antes de entrar no museu. Apenas em 2012, quando

da reabertura do museu ao público, foi realizado um esforço de actualização e clarificação de informações relacionadas, sobretudo, com as peças de arte sacra (nomeadamente no que diz respeito à sua exacta datação, descrição e filiação estilística)¹.

O preenchimento de alguns campos no inventário foi feito, em grande medida, a partir da memória daqueles que mais directamente tinham contactado com as peças (antigos funcionários, párocos locais, principais impulsionadores do museu) e que se recordavam dos locais onde as peças tinham estado em depósito. Muitas delas tinham já estado anteriormente expostas no mosteiro de S. Bernardo durante o período em que foi utilizado como museu, não sendo, no entanto, claro se as peças ali pertenceriam originalmente.

Ao comparar as peças que hoje são exibidas no museu, com os inventários realizados à data da extinção dos conventos, dificilmente se conseguirá determinar com exactidão qual a origem de cada uma delas. Na maioria dos casos, cada objecto está apenas identificado por um título (*Uma Nossa Senhora; Um S. Francisco*), sem qualquer descrição das suas características formais, pelo que se torna de todo impossível assegurar se determinado objecto veio, de facto, de Santa Clara, de S. Bernardo, das capelas e igrejas da cidade ou, até mesmo, de outro ponto do distrito.

Como resultado, o número de obras de arte que, até à data, permanece como sendo de proveniência desconhecida é ainda bastante elevado, sem que se antevejam soluções eficazes para este problema.

Sendo ambas as casas religiosas pertença de ramos femininos da ordem de S. Francisco e de S. Bernardo, o processo de extinção, em cada uma, foi mais demorado, e o encerramento de portas definitivo aconteceu apenas com a morte da última religiosa (30 de Abril de 1878, no caso de S. Bernardo, e 21 de Agosto de 1898, em Santa Clara). Apesar disso, os processos de extinção realizados a estas duas casas religiosas fornecem-nos muito pouca informação sobre a natureza dos seus bens móveis e o destino que levaram. O de S. Bernardo descreve, sobretudo, as alfaias religiosas, bem como os foros e títulos pertença do edifício, através de cuja venda o estado poderia auferir rendimentos (A.N.T.T., A.H.M.F.,

Cx. 2013). Nenhuma das peças que, supostamente, terão pertencido ao edifício cisterciense constam do seu processo de extinção, circunstância de lamentar se considerarmos que, por norma, são as peças de maior valia artística que são apontadas como tendo aquela origem (caso do célebre armário renascentista, ou ainda do retábulo flamengo pintado e dourado). [fig.1]

Por outro lado, o inventário do convento de Santa Clara enumera obras de pintura e de escultura que têm correspondência com algumas das que estão expostas ao presente no museu municipal e que, curiosamente, até ao momento, permaneciam sem proveniência atribuída. É o caso das pinturas correspondentes às verbas n.º 71 «Um quadro grande representando os Mártires de Marrocos», a n.º 76 «Um quadro grande representando São Luís Rei de França», ou ainda a n.º 79 «Um dito grande representando Nossa Senhora dando o Menino Jesus a Santo António» (A.N.T.T., A.H.M.F., Cx. 2015) (na verdade, S. Francisco). Por outro lado, e incompreensivelmente, não foi possível localizar no mesmo inventário, a maioria das pinturas e imagens que estão identificadas no museu como sendo originárias do convento de clarissas. [fig.2]

Considerando o escasso conhecimento ainda existente sobre muitas das casas religiosas da cidade e, sobretudo, dos seus processos de extinção, existem fortes probabilidades que tenham sido várias as proveniências para muitas das peças que chegaram até aos nossos dias (inclusive de outros pontos do concelho). As lacunas existentes na documentação das antigas casas religiosas dificultam a caracterização do recheio dos conventos e mosteiros da cidade à data da sua extinção. Só com um trabalho interdisciplinar aprofundado de caracterização de cada peça, sua contextualização documental e confronto com testemunhos de quem directamente esteve ligado à história do Museu será possível tentar reconstruir o percurso de cada objecto.

O convento de Santa Clara, onde se encontra, desde 1999, a Biblioteca Municipal de Portalegre, está localizado na rua de Elvas, muito próximo das antigas muralhas da cidade. A sua fundação ficou a dever-se a Dona Leonor Teles, ainda no ano de 1376 que, para esse efeito, utilizou os terrenos onde D. Fernando erguera o seu palácio (KEIL 1943).

1. O projecto museológico do Museu Municipal ficou a cargo do atelier da Arquitecta Teresa Nunes da Ponte, com o apoio da coordenação científica do Professor Dr. António Camões Gouveia.

Cerca de treze anos mais tarde (1389) a igreja primitiva estaria concluída e pronta para a celebração dos ofícios litúrgicos. Durante o século XVI o edifício sofreu obras de renovação, sobretudo ao nível dos corpos sudeste e sudoeste, segundo piso do corpo nordeste, vestíbulo, portaria e parlatórios. Para além disso são, também, datáveis das intervenções quinhentistas a fonte de mergulho, actualmente ainda visível à entrada do edifício, assim como as grades do coro baixo, com portinhola².

A segunda fase de intervenções de que há registo pertencem à segunda metade do século XVIII, sendo das primeiras a assinalar as obras na capela do piso térreo do claustro, terminando com a construção da fonte central e com as obras de transformação da igreja (1797). A igreja viria a ficar bastante danificada durante um incêndio que teve lugar em Setembro de 1995, quando o edifício já servia de instalações ao grupo de Teatro d' *O Semeador* sendo, ao presente, utilizada como sala de espectáculos pelo mesmo grupo.

O termo de abertura da avaliação do convento, realizado a 11 de Dezembro de 1857, descrevia o edifício, como sendo de regulares proporções, dotado de elementos que ainda recordavam a sua edificação primitiva (o claustro principal), e cinquenta celas distribuídas pelos dois dormitórios. Na altura todo o convento se encontrava em bom estado de conservação (A.N.T.T., A.H.M.F., Capilha 4).

Discutia-se, então, que destino dar ao edifício quando a última religiosa viesse a falecer. A 20 de Agosto de 1897, o bispo de Portalegre D. Gaudêncio, escreve uma carta ao rei alegando que, na falta de casas decentes, "onde possam recolher-se pessoas honestas, caídas em pobreza", o convento de Santa Clara fosse transformado num recolhimento. A missiva do bispo vinha ao encontro das preocupações expressas pela última religiosa do convento, Soror Maria Francisca d'Assis que receava que, após a sua morte, a casa religiosa fosse profanada.

A 18 de Outubro de 1898 o Dr. António José Nunes Júnior, professor da Academia Real de Belas Artes, dirigiu-se a Portalegre no sentido de avaliar os objectos artísticos que poderiam transitar para

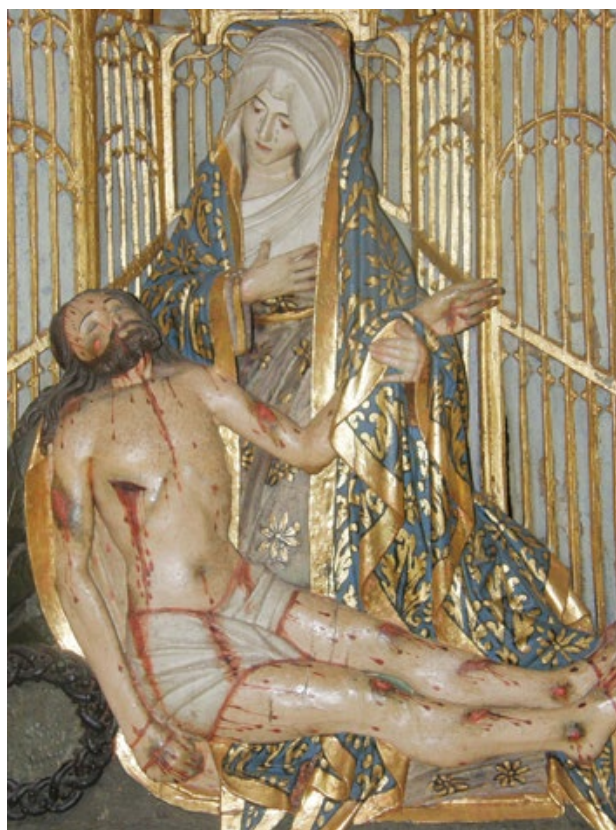


Fig.1 · *Pietà*, 1510-1512, madeira pintada e dourada, Museu Municipal de Portalegre, MMP.0091/0035.E (fot. de Célia Tavares)

2. BUCHO, Domingos de Almeida – *Convento de Santa Clara / Biblioteca Municipal de Portalegre*. n.º IPA PT041214090007. [Em linha]. Disponível em <<http://www.monumentos.pt>>. Consulta a 23 Fevereiro 2012).



Fig.2 · *Lamentação sobre Cristo Morto*, séc. XVII, óleo sobre madeira, Museu Municipal de Portalegre, MMP.0068/0008.P (fot. de Célia Tavares)

Lisboa. Após ter visitado o extinto convento de Santa Clara e examinado os objectos ali existentes, concluiu que não apresentavam “merecimento artístico ou de valor histórico, que merecesse ser recolhido no Museu de Belas Artes e Arqueologia” (A.N.T.T., A.H.M.F., Capilha 4).

O facto de não terem sido seleccionados quaisquer objectos que fossem considerados merecedores de integrarem as colecções do Museu de Belas Artes e Arqueologia, acabaria por se tornar decisivo para a formação do Museu de Portalegre. O parecer de Nunes Júnior, da Academia de Belas Artes, baseava-se em factores subjectivos apresentados por quem avaliava o património artístico regional com o olhar “deformado” da capital, circunstância danosa e tantas vezes reiterada até aos nossos dias.

No início da década de 60 do século XX, o convento tornou-se Casa de Protecção e Amparo de Nossa Senhora das Dores (para protecção de raparigas), ou “Recolhimento de Santa Clara” (1963-1966), passando, já em 1968, a Asilo de Santa Clara e, depois, Internato de Santo António. A partir de 1974 aqui se estabeleceriam os serviços municipais e várias associações culturais até que, por último, se transformou em Biblioteca Municipal.

O mosteiro de S. Bernardo, do ramo feminino de Cister, extramuros da cidade, não teve uma história menos atribulada. A sua fundação deve-se ao mecenato do bispo da Guarda D. Jorge de Melo (1518) (BUCHO 1994). A construção terá sido iniciada em 1526, logo após o alvará de D. João III a conceder o local da Fontedeira para a nova erecção. Os principais trabalhos de construção desenrolaram-se ao longo de todo o século XVI, o que se traduziu num edifício que, do ponto de vista arquitectónico, se encontra na transição da grande corrente tardo-gótica de forte implantação regional, já com integração elementos escultóricos renascentistas. Algumas das principais construções (portal da igreja, refeitório, portaria, parte do dormitório e sala do capítulo) desenvolveram-se ainda durante a primeira metade do século XVI, tendo as obras se arrastado até aos inícios do século seguinte.

A igreja seria consagrada apenas a 16 de Março de 1572, durante o bispado de D. André de Noronha. Entretanto tinha já falecido o Bispo fundador (1548), sepultado na igreja, em túmulo com jacente,

celebrada peça escultórica em mármore de Estremoz de invulgar qualidade artística e erudição, atribuído ao escultor levantino Nicolau de Chanterenne. [fig.3]

Datam dos séculos XVII e XVIII grandes campanhas decorativas, como a do retábulo-mor (1677) (FERREIRA 2009), a dos painéis de azulejos que revestem as capelas laterais, o alpendre, nártex, transepto e nave da igreja (atribuídos a Policarpo de Oliveira Bernardes, 1739). O edifício sofreu obras já no final do século XVIII, o que levou as religiosas a transitar, provisoriamente, para o mosteiro de Odivelas.

Logo em 1857, no inventário do convento, é destacada a sua magnífica construção, com capacidade para cerca quarenta religiosas, para além das criadas da ordem e particulares (A.N.T.T., A.H.M.F., Cx. 2013). A casa religiosa seria extinta apenas em 1878, quando faleceu a última religiosa, instalando-se aqui, no ano seguinte, o seminário diocesano. Entre 1880 e 1887 o edifício serviria de instalações para um liceu e, a partir de 1911, albergou o Regimento de Caçadores n.º 1 ficando afecto, desde então e até ao presente, ao Ministério da Defesa. O próprio Museu Municipal ainda se instalou na antiga igreja monástica, entre 1932 e 1961, data em que passou para o edifício onde se encontra actualmente.



Fig.2 · Pórtico da igreja do convento de S. Bernardo. 1538, mármore. (fot. da autora)

A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O edifício onde se encontra instalado o Museu Municipal de Portalegre foi mandado erigir por D. Frei Amador Arrais (1530-1600), que o destinou às funções de seminário da recém-criada Diocese de Portalegre (1549) (KEIL 1943). Da traça quinhentista, hoje em dia, já nada resta, após terem sido eliminados todos os elementos do edifício primevo durante a campanha de Setecentos que submeteu o imóvel a profundas alterações, tanto físicas como funcionais (RODRIGUES *et al.* 1988). Com efeito, o 15.º bispo de Portalegre, D. João de Azevedo (falecido em 1765), seria o responsável pela redefinição arquitectónica do edifício (BICHO 2011: 6-45), já na segunda metade do século XVIII, à semelhança, aliás, do que sucedeu no mesmo período com inúmeros outros palacetes no

centro histórico de Portalegre, marcando de forma indelével o perfil da cidade setecentista.

Seria, no entanto, necessário aguardar pela segunda metade do século XX para que o edifício do antigo seminário viesse a servir de instalações ao museu. Este, enquanto instituição criada com o propósito de preservar peças de valor histórico-artístico, surgiu em 1918 exibindo ao público as suas colecções nas primitivas instalações dos Paços do Concelho. Já em 1932 transitou para a igreja do extinto convento de S. Bernardo. Daí o museu viria, no final da década de 50 do século XX, a ser instalado no edifício do seminário, entretanto ocupado por uma escola primária, com inauguração datada do dia 28 de Maio de 1961.

O volume de incorporações de peças aumentou nos anos seguintes tornando-se, assim, necessário proceder a obras no imóvel, muito embora só na década de 80 o museu se estendesse a todo o espaço, logo após a Biblioteca Municipal ter deixado o edifício, em 1982.

O novo Museu Municipal apresentava agora um conjunto de incorporações bastante abrangente não só em termos cronológicos (séculos XVI a XX), mas também nas diversas áreas que constituem as suas colecções: arte sacra proveniente de antigos conventos, mosteiros, igrejas e capelas, faianças, pratos “ratinhos”, xícaras de porcelana, mobiliário, tapeçarias, imagens em terracota da Virgem, imagens de Santo António e outros objectos relacionados com a figura do santo, caixas de rapé, leques, etc. (MONTEIRO [no prelo] : 34-39).

Entre as colecções doadas ao museu ou adquiridas pela Câmara Municipal conta-se ainda o espólio de pintura pertencente aos artistas que durante a primeira metade do século XX fizeram de Portalegre sua residência. Alguns foram os protagonistas de um forte dinamismo cultural e intelectual da cidade, sendo de destacar nomes como Abel Santos, Arsénio da Ressurreição, Benvindo Ceia, Lauro Corado ou ainda do portalegrense João Tavares, cuja colaboração com Guy Fino estaria na génese de diversas peças da Manufatura de Tapeçaria. É também de sublinhar a estadia em Portalegre de Manuel Trindade d’Assumpção, cuja morte precoce viria interromper a sua promissora evolução enquanto artista do movimento expressionista para o surrealista.

A ACÇÃO DE MANUEL CAYOLA ZAGALLO EM PORTALEGRE

De todos aqueles que estiveram envolvidos na abertura do novo Museu Municipal haverá que destacar a figura de Manuel Cayola Zagallo. Natural de Campo Maior, Cayola Zagallo exercera actividade como conservador do Palácio da Ajuda, em Lisboa, entre 1938 e 1964. A partir desta data, e por motivos de saúde, deixa de assumir tais funções, tendo então sido incumbido pelo Ministério das Finanças de «elaborar estudos relacionados com a valorização do património artístico nacional» (A.N.T.T., AOS/CO/FI – 17B, Pt 20: 287). É neste contexto que chega a Portalegre, instalando-se com a sua esposa na casa do casal Dr. José Nunes Serigado e Dona Maria Ana Serigado, ambos doadores do museu.

O facto de se encontrar limitado a uma cadeira de rodas, não foi impedimento para que redigisse um relatório dirigido ao Ministério das Finanças, apresentando diversas propostas não só para o museu, mas inclusive, para a dinamização turística da cidade e de alguns dos seus principais edifícios. O ensejo por destacar Portalegre, com o seu «conjunto de excepcionais predicados quer artísticos quer paisagísticos», fê-lo redigir, em 1966, um dos

mais interessantes documentos sobre a valorização do património regional durante o Estado Novo. Num discurso proferido em 1965, por ocasião do agradecimento público que o município dirigiu aos doadores do museu, diria: «Portalegre pode e deve converter-se numa estância de arte e bom gosto» (A.N.T.T., AOS/CO/FI – 17B, Pt 20: 320). A Zagallo se poderá, igualmente, atribuir a noção (ainda que embrionária) de uma “rede de museus” em Portalegre, considerando a sua intenção de musealizar a (então) arruinada igreja do convento de S. Francisco colocando-a em estreita ligação com o Museu Municipal e com a Casa-Museu José Régio.

Sublinhando as “grandes dificuldades” que enfrentara durante a concepção do novo museu e do seu espólio, não deixa de destacar que, à data, o mesmo se convertera já na «principal atração artística, cultural e turística, não só da cidade mas como de todo o distrito» (A.N.T.T., AOS/CO/FI – 17B, Pt 20: 289), chegando a servir de modelo para outros núcleos museológicos que, no entanto, nunca chegariam a ser realizados, caso do museu de arte sacra ligado à diocese.

As observações de Zagallo são o espelho das teorias do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, em matéria de património. No fundo, dá conta da urgência que era sentida por todo o país, em matéria de educação cultural e artística da sociedade, considerações que assumem, hoje em dia, uma desconcertante actualidade. Conclui: «um dos males maiores de que enfermamos consiste numa precária educação que, no capítulo das mais elementares noções de ordem artística, atinge na maioria da nossa gente, uma aflitiva lacuna nacional» (A.N.T.T., AOS/CO/FI – 17B, Pt 20: 296).

A criação do *Inventário Artístico de Portugal*, tornado possível a partir de 1945 através de meios disponibilizados pelo Estado à Academia Nacional de Belas Artes foi, na opinião do antigo conservador do Palácio da Ajuda, um importante passo para o conhecimento do nosso património. Só deste modo se poderiam acautelar “atentados de lesa-arte”, sendo de elogiar o trabalho pioneiro de Luís Keil logo no primeiro volume, dedicado, precisamente, ao distrito de Portalegre. Ao mesmo tempo, Zagallo lamenta que fossem ainda poucos os edifícios portalegrenses a merecer a classificação de “monumentos nacionais”, uma vez que essa distinção poderia impedir “atropelos artísticos” maiores que, na sua óptica, constituíam “uma espécie de fatalismo” que foi transversal a todo o país.

A sua atenção recaí também na questão da preservação da autenticidade dos centros históricos, cada vez mais descaracterizados em matéria de construção urbanística, denunciando o “mau-gosto” que, já então, parecia minar as cidades ou vilas do interior naquilo que tinham de mais pitoresco.

Na década de 60 do século XX, a indústria do turismo assumia já uma considerável fonte de receitas para Portugal. Em 1965, por exemplo, Lisboa recebera mais de um milhão e meio de turistas, pelo que se tonou urgente definir novas estratégias para canalizar todo esse potencial financeiro, também para as principais localidades do interior do país. Para Cayola Zagallo, essas estratégias só teriam sentido quando aliadas a infra-estruturas culturais locais:

«Este meu acentuado e crescente interesse pelo turismo anda estritamente ligado à fundação de museus [...] Está dito e redito que os museus constituem um dos principais meios de atracção para os que se deslocam de um lado para o outro na ânsia de contemplarem coisas novas. [...] É através deles que se equilibra o grau de cultura do país visitado» (A.N.T.T., AOS/CO/FI – 17B, Pt 20: 301).

Para receber a afluência de turistas tornava-se, igualmente, necessária a criação em Portalegre de unidades hoteleiras. O problema, na perspectiva de Zagallo, era de fácil resolução. Começavam a ser notadas as vantagens de adaptação de edifícios históricos pré-existentes (nomeadamente conventos) a pousadas. O exemplo dos Lóios, em Évora, é elogiado e apontado como um modelo a seguir em Portalegre, em concreto no mosteiro de S. Bernardo, à data ocupado pelo Quartel de Caçadores 1 onde, nas suas palavras, não se praticava turismo, mas “anti-turismo”.

O relatório escrito por Manuel Cayola Zagallo é um importante instrumento de estudo para a compreensão da importância dada pelo Estado Novo à criação de museus para a dinamização cultural do interior do país e, pela sua actualidade, merece um olhar mais atento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora as casas religiosas de Portalegre tenham sofrido alterações dramáticas, algumas delas viram parte da sua memória preservada através das incorporações no Museu Municipal de Portalegre. Na verdade, esta instituição assumiu o papel de herdeiro, por excelência, do passado histórico-artístico

da cidade representado nos bens provenientes de antigas casas religiosas, devendo, em simultâneo, o seu crescimento à generosidade de inúmeros cidadãos empenhados na defesa e na preservação do mesmo. Alguns deles, como Manuel Cayola Zagallo, merecem especial memória, considerando o empenho dedicado

em tornar Portalegre uma cidade apelativa do ponto de vista turístico, ponto nevrálgico do Alto Alentejo.

Após um longo período em que o museu se encontrou encerrado e sujeito a uma profunda campanha de

reabilitação, o espaço foi reaberto a 23 de Maio de 2012, com uma nova dimensão museológica devolvendo, assim, à cidade e aos seus habitantes uma parte significativa da sua identidade e da sua memória colectiva.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* (A.H.M.F.), Convento de Santa Clara de Portalegre, Cx. 2015, capilha 1, IV/A/64/2, 16 de Março de 1899, fls. 65-65v.

A.N.T.T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de São Bernardo, Ordem de S. Bernardo, Cx. 2013, capilha 2, IV/A/62/6, 25 de Agosto de 1857.

A.N.T.T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* (A.H.M.F.), Convento de Santa Clara de Portalegre, Cx. 2015, capilha 1, IV/A/64/2, 16 de Março de 1899, fls. 65-65v.

A.N.T.T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Santa Clara, capilha 4, IV/A/64/33, 11 de dezembro de 1857.

A.N.T.T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Santa Clara, capilha 4, IV/A/64/33, 21 de Outubro de 1898.

A.N.T.T., *Arquivo Oliveira Salazar* (A.O.L.), Estudo relacionado com a valorização do Património Artístico Nacional, AOS/CO/FI – 17B, Pt 20, 29 de Outubro de 1966.

BIBLIOGRAFIA

BICHO, Susana – «O Museu Municipal de Portalegre: campo de representações, espaço de comunicação». *Publicações da Fundação Robinson*. Portalegre. Fundação Robinson 16 (2011) 6-45.

BUCHO, Domingos de Almeida – *Convento de Santa Clara / Biblioteca Municipal de Portalegre*. n.º IPA PT041214090007. Disponível em <<http://www.monumentos.pt>>. Consulta a 23 Fevereiro 2012.

BUCHO, Domingos de Almeida – *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre: estudo histórico-arquitectónico propostas de recuperação e valorização do património edificado*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Univ. de Évora, 1994 [policopiado].

FERREIRA, Sílvia – *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720)*. *Os Artistas e as Obras*. Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2009 [policopiada].

KEIL, Luis – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1943.

MONTEIRO, Patrícia – «A génese do Museu Municipal de Portalegre. O projecto do Museu Municipal de Portalegre». *Publicações da Fundação Robinson*. Portalegre. Fundação Robinson 27 [no prelo] 34-39.

PIMENTEL, António Filipe – «A Igreja de São Francisco de Portalegre: notas em torno de um programa de musealização». *Publicações da Fundação Robinson*. Portalegre. Fundação Robinson 10 (2009) 26-37.

RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Paulo – *Portalegre*. [col. Cidades e Vilas de Portugal]. Lisboa: Editorial Presença, 1988.